



**Ministério do Turismo
Conselho Nacional de Turismo**

**ATA DA 10^a REUNIÃO DO
CONSELHO NACIONAL DE
TURISMO REALIZADA EM 01
DE SETEMBRO DE 2005, EM
BRASÍLIA-DF.**

A reunião foi presidida pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Turismo e Presidente do Conselho Nacional de Turismo, Walfredo dos Mares Guia.

No primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, às nove horas, no Salão de Convenções do Hotel Naum Plaza Hotel, SHS Quadra 05, Bloco H, Brasília/DF, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Turismo e Presidente do Conselho Nacional de Turismo, Walfredo dos Mares Guia, reuniram-se os Conselheiros Titulares e Suplentes do Conselho Nacional de Turismo, conforme assinaturas constantes às folhas 13 do Livro de Presença. A reunião é iniciada pelo **Secretário Milton Zuanazzi (SNPTUR e secretário executivo do CNT)** que cumprimenta a todos e constata o quórum para iniciar a reunião. Coloca para aprovação a Ata da reunião anterior. O Sr. **Sérgio Foguel (Indicação da Presidência da República)** diz que tem pequenas retificações sobre datas e que as encaminharia ainda naquele dia. O **Secretário Milton Zuanazzi** concorda. Pergunta se existem mais retificações. Considera aprovada a Ata da 9^a reunião. Fala sobre a ordem do dia com apresentação, na parte da manhã, do 9º Relatório de Atividades e trabalhos do MTur e a tarde reservada para manifestação dos Conselheiros. O **Presidente da Mesa, Sr. Walfredo dos Mares Guia**, cumprimenta a todos e agradece a manifestação ocorrida na 9^a reunião em Belo Horizonte, que lhe prestaram uma homenagem que muito emocionou e honrou. Pede para registrar o agradecimento, e dizer que abre a 10^a Reunião do Conselho Nacional em 31 meses de trabalho, com a presença maciça de Conselheiros comemorando os resultados que justificam a crença no futuro do País como um todo, e não só no turismo. Comenta sobre os resultados da economia do Brasil no segundo semestre, onde os jornais ressalta um crescimento medíocre, que podia ser de 2,8 a 3% no ano. Lembra que 2003 foi um ano de arrumação, o País estava quebrado, sem crédito internacional, com inflação apontada para 30%, o dólar com participações nunca antes imaginados, déficit na balança de pagamento em 2002, obrigando a tomar mais de US\$100 bilhões emprestados. Ressalta que os fatos e os dados são tão gritantes que não é possível se deixar inebriar pelas manchetes do “jornal da crise”, porque a crise, segundo os chineses, é um problema e uma oportunidade, cuja palavra em chinês tem dois ideogramas: perigo e oportunidade, e que felizmente o Congresso Nacional

tomou a si a responsabilidade de criar um caminho de solução, apontando as pessoas para investigação, com direito a defesa no Conselho de Ética da Câmara para depois, ir a julgamento no Plenário e não haver injustiça. Considera ainda a crise uma oportunidade extraordinária para quem trabalha, inclusive no turismo, para transformar o Brasil. Enfatiza que vivencia-se um momento em que o País trabalha, produz, e na área financeira, tem algo a comemorar. De janeiro a junho de 2005 os bancos oficiais emprestaram 1,65 bilhões de dólares ao setor do turismo, contra 1,39 bilhões em 2004, um crescimento de 60%. Relata que a Caixa Econômica publica que o crédito ativo ultrapassou R\$ 1 bilhão na área do turismo e o Banco do Brasil, que lidera, emprestou até junho, R\$ 640 milhões, contra R\$ 890 em 2004. O BNDES, em 2004 emprestou R\$ 55 milhões, e em 2005 está com R\$ 77 milhões, enquanto que o BNB e o BASA também apresentam resultados favoráveis, com empréstimos na ordem de R\$ 10 milhões, contra R\$ 14 milhões em 2004. Ressalta um total consolidado de crédito para o turismo acima de R\$ 1 bilhão em um semestre. Fala que ainda existem problemas, mas tem muita coisa em curso para melhorar. Cita a aprovação da ANAC pelo Congresso Nacional, o que é uma boa notícia para a aviação ter uma agência nacional, controlada pela sociedade civil. Outra coisa fundamental no turismo é o que dizem os empresários na pesquisa da Fundação Getúlio Vargas em seu Boletim de Desempenho nº 7 que mostra otimismo nos seis setores pesquisados, onde 958 empresas juntas, em 2005 vão faturar mais de R\$ 2,1 bilhões, demonstrando crença no aumento do faturamento, negócios, investimentos e emprego. Acha que crescer 4% em 2005 não é uma maravilha, mas é o dobro da média da década passada e que o Brasil tem que ser comparado com o Brasil dos anos 90 e outros países que estão melhores. Considera que o turismo dá a sua contribuição e quando tiver o PIB do setor calculado pela metodologia das contas satélites, até o final do ano, é possível ter uma medida real. Comunica o orçamento do Ministério para 2006, sem emendas, na ordem de R\$ 317 milhões, com crescimento de 15%. Fala sobre a Lei Geral do Turismo e a questão do visto, onde conversou com o Presidente da República para uma política com o entendimento da lei de reciprocidade, porém que não tem que ser “olho por olho, dente por dente”, mas no benefício do País e para isso a lei tem que ser modernizada e já sabe o que é preciso fazer. Conclui a sua parte manifestando otimismo e crença na convergência de esforços que leva o turismo e o País para frente. Renova as expectativas de que o setor vai terminar em 31 de dezembro de 2006, muito melhor do que em primeiro de janeiro de 2003, propiciando condições para quem for designado a comandar o Ministério, que continue contando com o apoio extraordinário dos representantes do Conselho Nacional de Turismo. Conclama a todos, cada um no seu setor, para buscar aquilo que precisa fazer, aumentar os investimentos, as boas práticas de gestão, os conselhos da Academia, a competência dos Bancos e a gestão da equipe do Ministério. Agradece pela atenção de todos.

O **Secretário Executivo, Márcio Favilla (/MTur)** menciona a gestão financeira que, sem incluir as emendas, o Ministério realizou 54,9% do orçamento até 28 de agosto, revelando um ritmo bom e adequado frente às previsões. Sobre a Internet, informa que existe, em âmbito internacional, o organismo ICANN - *Internet Corporation for Assigned Names and Numbers*, com sede nos Estados Unidos e, a idéia, é que esse organismo passe a ser da ONU, já que é de interesse de todos os países, o que não ocorreu até agora.

Informa para o Conselho Nacional sobre a criação de um novo *domínio.travel* em 05/05/2004, exclusivamente dedicado ao setor de viagem e turismo no mundo, e a designação da empresa privada *Tralliance Corporation*, com oferta aos governos nacionais, estaduais e municipais, a oportunidade de registrar nomes. Diz que no Brasil, o site da empresa *Tralliance Corporation*, coloca uma lista de 90 mil domínios para que os governos, entidades e empresas confirmem o interesse, no prazo até 25 de setembro de 2005, sendo necessário que os interessados se movimentem para pedir uma reserva preliminar, em processo que vai até dia 31 de dezembro. Comunica como segundo ponto, a conferência da OMT em Foz do Iguaçu, de 3 a 6 de outubro próximo, intitulada: "A conta satélite de turismo: compreender o turismo e desenhar estratégias", desenvolvida junto com a Argentina e o Paraguai para discutir aspectos técnicos de subsídios aos governos e iniciativa privada na definição de políticas e estratégias de negócios. Chama a atenção para os vários painéis, inclusive o que diz respeito diretamente a uma das áreas de atuação do Ministério com a EMBRATUR, no turismo de negócios. Agradece.

O **Presidente da EMBRATUR, Sr. Eduardo Sanovicz** cumprimenta a todos, lembra que desde fevereiro de 2005 a EMBRATUR, vive sob a égide do Plano Aquarela e, por determinação do Ministro Walfrido, visitou os estados brasileiros no sentido de debater o conteúdo do Plano, suas ações e desdobramentos para estados e municípios com as entidades, empresas, secretarias, *conventions* e organizações. Agradece aos que têm se esforçado para construir os Fóruns em cada UF, extremamente amplos, onde debatem e implementam o Plano Aquarela. Destaca os aspectos do Programa de Promoção, onde a área de Feiras tudo é novo a partir do Plano Aquarela, menos o preço que é o antigo, pelo terceiro ano consecutivo está reduzido em aproximadamente 60%. Na captação de eventos informa estar fechando a semana com a captação do 18º evento internacional em 2005. O Programa das feiras comerciais mantém a meta de bater um total de 17 em 2005 e, em parceria com a UBRAFE, participam de feiras de temas específicos, como joalheria, gastronomia, moda e etc.. Na área de apoio à comercialização, comunica que o executivo do EBT de Madri assume naquela data ficando instalados os Escritórios programados, conforme determinado pelo Plano Nacional de Turismo. Sobre a Caravana Brasil, comunica que as duas edições recém realizadas foram Estrada Real para uruguaios, com resultado interessante e outra para ingleses no Pantanal. Diz que o programa de *benchmark*, de apoio à comercialização, é realizado em parceria com o Sebrae. Na área de marketing diz que a novidade é que coloca no ar as primeiras campanhas para público final. Informa que há três semanas a Embratur conduziu evento na *Gran Central Station* em Nova Iorque e em 16 horas ocorreram 6 mil visitas e, na área de estudos e pesquisas, a divulgação no sétimo boletim EMBRATUR/FGV, da pesquisa de conjuntura. Comunica que a agenda de promoção comercial passa a ser disponibilizada diariamente na Internet. Finalmente, como parte integrante dos resultados obtidos em 2005 ressalta a notícia do Banco Central bater US\$ 4 bilhões e a possibilidade de bater 5,5 a 5,6 milhões de passageiros embarcando no mesmo ano, e que esses números constituem um recorde histórico na trajetória de promoção comercial do turismo brasileiro, um resultado coerente com o processo de crescimento econômico do País e de ação gerencial. A **Secretária Maria Luisa Leal (SNPDTUR)** cumprimenta a todos, informa sobre os acertos no

PRODETUR dos recursos de quase US\$ 300 milhões, demonstrando um esforço muito grande do Planejamento e atualmente, do Tesouro Nacional para aprovar o sub-empréstimo. Ressalta a conclusão do estudo sobre a aceleração na depreciação dos bens de capital do setor, e que enviou correspondência aos Conselheiros para sugestões. Ressalta a demanda para conseguir um tratamento de bens de capital para o setor de turismo como todo, porque grande parte não é assim considerado e, também no caso dos importados serem beneficiados pelo extra-tarifário. Diz que o estudo está concluído, deve ser encaminhado para todos para que, em um curto prazo, enviem sugestões, enquanto negocia com a Receita Federal e o Ministério do Desenvolvimento. O **Presidente da Mesa** destaca que o assunto é importantíssimo, não somente do lado da depreciação dos bens, mas também da aquisição. Diz que começou a aprender sobre o assunto em São Paulo em visita aos Parques Temáticos onde os equipamentos, assim como as camas e geladeiras dos hotéis, ou as mesas e as cozinhas dos restaurantes, são iguais aos tornos das fábricas de peças. Lembra que ao comprar um torno, representa um bem de capital, tem uma série de isenções e o restaurante ao comprar um equipamento para atender aos fregueses, ou uma televisão, geladeira, cama, toalhas e etc., paga imposto como se estivesse adquirindo como um consumidor final. A **Secretária Maria Luisa Leal** destaca que todo o ocorrido na MP do bem tem relação, beneficiando na medida em que é considerado investimento, bens de capital. Comunica que ao longo do próximo bimestre deve encaminhar a planilha atualizada de investimentos no Brasil, onde separou a cidade de São Paulo, *resorts* e hotéis no Brasil inteiro e o acompanhamento, não de todos, com o porte do investimento, localização, se já passou pela fase de licença ambiental, em que ponto está em termos de realização de investimento. Com relação aos financiamentos, ressalta que o Ministro Walfrido já apresentou os dados bons do turismo. Informa sobre a realização de um conjunto de seminários internos com os Bancos e o *trade*, para investidores em 2004, em todo o Brasil. Quanto as áreas de Qualificação e Produção Associada, diz que não precisa detalhar o cenário encontrado e que a estratégia adotada, num primeiro momento, foi redefinir o foco para trabalhar mais com os incentivos à certificação, utilizando recursos para qualificação do Ministério do Trabalho e, na insuficiência dos recursos resolveu entrar forte na qualificação profissional e na certificação. Ressalta que apresenta o assunto porque na próxima reunião do comitê técnico do INMETRO, com o *trade*, governo e setor privado, serão fechados os requisitos de *creditação* de certificadores em ocupações de turismo. Informa que em novembro ficam prontos os critérios para certificadores em turismo de aventura e turismo sustentável, a apresentar na próxima reunião do Conselho. Enfatiza que a questão principal, em termos de estratégia, é aproximar a oferta e demanda, pois sabe que a qualificação no Brasil sempre foi definida pela oferta, e assim acertou os conteúdos mínimos dos cursos, trabalha prioritariamente com profissionais empregados, diferente do Ministério do Trabalho que envolve desempregados para inclusão. Informa que as temáticas são relativas à conduta, envolve o enfrentamento ao turismo sexual e outras questões, a segurança do turista, o alimento seguro e o turismo de aventura. Destaca a mudança de estratégia de qualificação e produção associada do turismo, que tem início com a disseminação do conceito de produção associada ao artesanato, a gastronomia e a cultura de modo geral e que as

outras estratégias resultam da atuação em parceria com as instituições representativas do setor, colocadas pelas entidades. Destaca que a qualificação ocorre nos municípios e locais definidos pelo programa, com o apoio dos Fóruns Estaduais de Turismo na discussão e aprovação dos projetos. Informa que a parte de inteligência competitiva é uma questão estratégica e está desenvolvendo manuais de conduta e educação para o turismo, e com os estados existem os programas de qualificação diretos, enquanto que a educação para o turismo com o Programa "Meu Negócio é Turismo", é realizado no formato de multiplicadores em parceria com a Fundação Roberto Marinho, nas 27 UFs. Diz que o Projeto "Caminhos do Futuro" é desenvolvido com a USP e a *American Express*, atualmente em 14 estados, o Programa Empreendetur, a ser apresentado pelo Presidente da ABBTUR, trabalha o empreendedorismo com alunos e bacharéis de turismo, em parceria com a ABRASEL e o SENAI, enquanto que o Programa Alimento na Mesa, é com o SENAC. Informa que, para a certificação no turismo de aventura, apresenta um sistema em separado, com base em pesquisas nos principais países relevantes e nos municípios brasileiros onde foi definido o modelo, com 19 normas em construção e, certamente, vai estar em operação a partir do final de 2005, quando o INMETRO concluir as normas. Para a Capacitação de Jovens no setor de turismo informa que é um programa em parceria com o Instituto de Hospitalidade, parte com financiamento do PRODETUR. Comunica o lançamento do projeto na *Adventure Fair* com os documentos da regulamentação do setor nos países relevantes e municípios brasileiros, quanto aos grupos de busca e salvamento. Ressalta que o programa de Qualidade da Mesa é realizado parceria com a ABRASEL, envolve seminários, treinamento, formação de instrutores no local de trabalho e manuais de boa conduta. Enfatiza que através de convênio com a Federação dos *Conventions* diversas ações estão em desenvolvimento para trabalhar a capacitação e a formação de gestores no programa de Competitividade, numa estratégia conjunta com as entidades do *trade*, objetivando trabalhar a qualificação e preparar as entidades para uma postura competitiva. Fala que o turismo sustentável para os meios de hospedagem também é uma parceria com o Instituto de Hospitalidade e a FUB, em três estados, e todos os projetos, necessariamente, devem ser encaminhados com estudo de demanda concluído. O **Presidente da Mesa** parabeniza o trabalho da equipe da Secretaria Maria Luisa, diz que é inexplicável o país não ter um setor de certificação organizado até hoje. Comenta que na elaboração do PNT, a Secretaria Maria Luisa insistia muito na tese da certificação e o Brasil, com o patrimônio que possui, está fora do mundo dos negócios de turismo de aventura e ecoturismo. Lembra que o sistema do INMETRO vai fazer a *creditação* a terceiros, organizado e aprovado pela ABNT, internacionalmente aceito. A **Secretária Maria Luisa Leal** complementa, diz que ecoturismo é uma das áreas que mais cresce no mundo e o turismo de aventura, dentro do mesmo, é um destaque especial. Enfatiza que o mais importante é que o sistema montado é público e não mais depende do governo, que hoje apenas apóia mobilizando e subsidiando a elaboração de normas. Diz que a Associação Férias Vivas fez as pesquisas sobre os acidentes, e possui um site e um *call center* de consulta para as pessoas que desejam verificar as empresas certificadas e as características de segurança. Informa que o Ministério desenvolve, por meio da SUSEP, uma regulamentação para o

seguro, para reduzir custos de quem é certificado, utilizando os bancos para financiar com juros diferenciados. Ressalta a promoção da EMBRATUR e do Ministério do Turismo em cima das empresas certificadas. O **Presidente da Mesa** lembra que o turismo é um negócio e o assunto tratado não é sobre um esportista fazer um salto, por conta própria porque é esportista ou pertence a um clube, mas é para as pessoas que tem negócio que vende para o cliente e que deve ser um equipamento é seguro, controlado e para tanto é certificado. Pede para encerrar o assunto renovando o cumprimento à equipe da Secretaria Maria Luiza e a todos que ajudaram o trabalho em apenas 30 meses. O **Secretário Milton Zuanazzi** fala sobre a Lei Geral do Turismo com a realização de um seminário em Brasília com juristas, inclusive juízes, promotores e professores universitários que trabalham em legislação turística. Diz que o seminário passou todos os pontos da Lei Geral, sob a luz da Constituição e também da linguagem Legislativa, para não perder muito tempo com um determinado processo. Ressalta que é a sétima versão, entraram novas questões mais pontuais, porém sem mudanças radicais e que foi criada a oitava versão, espera ser a última, porque em conformidade com os especialistas, não há mais possibilidade de modificação do ponto de vista da técnica processual. Comunica que está enviando cópia aos Conselheiros, chama a atenção aos que participam ativamente da Câmara Temática de Legislação, sobre a versão final. Destaca o aspecto que envolve o último debate com os transportadores e agências, que está na Constituição, foi unanimidade, e realmente não pode colocar exclusividade porque a Constituição brasileira determina que a prestação de serviço econômico no Brasil é livre, podendo regulamentar, criar registro e cadastro. Lembra que se fosse levar o texto da forma que estava iria emperrar o processo, que, aliás, é o mesmo do motivo que emperrou a Lei do Deputado Canziane na Câmara, em relação às agências de viagem. Diz que, de certa forma, fica com a tese da ANTTUR que chega a um consenso com a ABAV e, que as demais questões estão contempladas. Informa que no Decreto, o Ministro Walfrido faz uma pequena correção quanto aos flats e hotéis, porque alguns, não dirigidos por operadoras hoteleiros, questionaram o Ministério, por decreto, não podia impedir o funcionamento e assim, a Lei Geral é que vai trabalhar o detalhamento e depois, evidentemente, algum aspecto ainda de legislação em paralelo. Acha que quanto mais consenso houver, mais rápido é o trâmite no Congresso Nacional e lembra o acordo do Conselho Nacional para estabelecer o prazo final de provação da lei em maio de 2006, tendo em vista o ano eleitoral e o Congresso, diminui as atividades de plenário. Comenta sobre a política pública nacional do turismo para constituir uma grande rede ou um sistema, com a participação das Unidades da Federação e que tem sido significativo o envolvimento dos Fóruns/Conselhos Estaduais. Fala do Programa de Regionalização com o Salão vinculando o programa ao mercado. Chama a atenção quanto aos Fóruns / Conselhos Estaduais para uma participação mais efetiva e, que alguns estados estão com resultados importantes e outros, ainda não funcionam bem. Destaca que o Brasil não é homogêneo e as dificuldades realmente mudam em cada lugar, mas que o Mtur vai continuar insistindo com a política de descentralização e pessoalmente está indo em cada Estado, porque os Fóruns constituem instrumentos e espaços de debates para conduzir as políticas, portanto são fundamentais. Fala do Programa do Inventário que inicia com um plano piloto em um local

onde as coisas estão mais preparadas do ponto de vista das instituições de ensino e dos municípios. Diz que privilegia as instituições de ensino porque o inventário faz parte do currículo de qualquer Faculdade de Turismo e os alunos apóiam com a mão-de-obra e o saber dos professores. O trabalho tem início no Rio Grande do Sul e representa um censo da oferta turística, que beneficia o lugar, sendo ainda um ganho para os estudantes brasileiros, que passam a manejar uma ferramenta desde o banco universitário, indo para mercado com mais conhecimento, portanto, e bom para o *trade* turístico e para o planejamento de forma geral. Reporta-se ao Plano Nacional que está sendo atualizado e o SIGTUR vai fazer a coordenação das atividades. Diz que a área da Promoção e Apoio a Comercialização é o terceiro pilar da Secretaria de Políticas, fala da apresentação para a Câmara de Promoção, do Plano Cores do Brasil, uma continuidade do Aquarela para o mercado interno. Informa que foi elaborado o primeiro diagnóstico do turismo brasileiro, inclusive o que foi apresentado no Salão do Turismo, onde a equipe do MTur trabalhou 136 regiões brasileiras, considerando aquelas que estavam aptas para o mercado, inclusive o internacional. Comunica a realização do Salão do Turismo Roteiros do Brasil / 2006, no Expo Center Norte, de 2 a 6 de junho de 2006. **A Diretora Anya Ribeiro (DEPAT/MTur)** cumprimenta a todos e diz que o Ministério do Turismo desenvolve o trabalho de monitoramento da implantação do Plano Nacional do Turismo, uma inovação que o Ministério traz para implementar a Política Nacional de Turismo. Esclarece que o SIGTUR é uma solução inteligente de gestão estratégica do turismo e atua diretamente sobre esses três verbos, inserir, dimensionar e monitorar. Ressalta que todos sabem que a atividade do turismo está sendo construída e o modelo vai ajudar a fazer essa construção e colocar, de fato, o setor no processo do desenvolvimento estratégico do País. Diz que o programa dimensiona a contribuição do turismo na economia, e lembra os números apresentados no início da reunião, onde o SIGTUR vai permitir ao Ministério do Turismo apropriar questões relativas ao local, espaço e impactos do turismo para o desenvolvimento econômico, social, cultural, político, institucional brasileiro. Diz que também o SIGTUR vai permitir monitorar o processo de gestão integrada e descentralizada do turismo, exercendo ao mesmo tempo uma condição de eficiência, eficácia e efetividade da Política Nacional de Turismo, permitindo o Ministério inovar do ponto de vista da execução da política pública. Ressalta que isso permite ao Ministério monitorar a sua ação para dentro da instituição, como gestão pública, e para fora do Ministério, como uma política de desenvolvimento, pois reúne os dois instrumentos de referências fundamentais - o Plano Nacional de Turismo e o Plano Plurianual-PPA, um com a competência que estabelece macro programas, programas, ações e o outro, o físico e financeiro orçamentário, orientados um para metas e outro para a execução e geração de impactos. Ressalta que essas duas vertentes constituem a base dos elementos do SIGTUR. Informa que essa construção, através dos indicadores do monitoramento para as metas do PNT e as ações do PPA vão ser apresentadas do ponto de vista da sua construção e a conceituação de como foram desenvolvidos pela equipe SoftSul e UnB. **O Sr. Ângelo Divino (SoftSul / UNB)** fala sobre as simulações, os modelos construídos para acompanhar a execução das metas do PNT, alimentado por estimativas de variáveis chaves. Ressalta que o primeiro modelo procura definir o que é uma função de produção para o turismo na economia brasileira, combinando capital e mão-de-

obra, e o segundo, representa a demanda doméstica e também internacional. Apresenta os resultados dos estudos. **A Diretora Anya Ribeiro (DEPAT/MTur)** retoma a visão de como o turismo impacta na base local, que é o município, e destaca que a construção da política se da com o Programa de Regionalização e o fortalecimento das organizações com os Fóruns e Conselhos Estaduais, referidos pelo Ministro e o Secretário Milton Zuanazzi. Comenta que o Ministério já visitou 18 colegiados estaduais e observa que há uma ausência muito grande dos empresários nas reuniões, enquanto que os mesmos respondem pela atividade do turismo no Brasil estando localizados nas capitais. Com isso ressalta a necessidade de descentralizar os territórios para ampliar a oferta, descentralizando a formação do empresariado para os novos territórios, onde estão as novas regiões de turismo. Considera que, do contrário, toda a construção da dimensão pública que está com as Secretarias de Estado e Municipais do Turismo já constituídas e o Ministério, ficam capengas porque falta o empresário, e portanto é preciso ajustar a balança para chegar ao resultado do novo Brasil turístico. O **Sr. Carlos Damasceno (SoftSul)** diz que praticamente todas as metas do Plano Nacional de Turismo estão sendo atingidas, algumas até com folga. Qualquer incremento de investimento em ações pode alcançar resultados bem melhores do que estão previstos. Destaca que o diferencial do SIGTUR, enquanto ferramenta tecnológica e de análise, é que deixa de fazer a gestão por reação e passa a fazer por ação, porque consegue dimensionar o que pode acontecer no futuro. Esse é o grande diferencial dessa solução que pega contribuição de diversos profissionais do setor e do próprio Ministério, com elementos, índices e dados de diversas fontes e coloca numa ferramenta moderna. Comunica que a apresentação com uma série de outros *slides* vai ser transferida a todos os Conselheiros presentes através do e-mail. Agradece. O **Presidente da Mesa** informa que a Softsul é uma OSCIP ligada ao sistema de gestão pública e de exportação, amparada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, e o que foi apresentado representava o seu sonho desde o primeiro trimestre de 2003, poder monitorar o Plano Nacional para ajudar a corrigir rotas. Fala sobre o orçamento de R\$ 270 milhões para o Ministério do Turismo, multiplicado por quatro em 2005 e, mais R\$ 800 milhões de emendas parlamentares individuais, de bancadas e comissões. Informa que as emendas resultam do trabalho realizado no Congresso Nacional e junto aos Secretários de Turismo Estaduais, sensibilizados em 2004 para procurarem as suas bancadas e direcionar emendas para o turismo, ajudando as regiões identificadas pelos Fóruns Estaduais no Programa de Regionalização, qualificando a demanda quanto aos investimentos. Diz ser importante trabalhar os meios de hospedagem, as agências de viagem, os *TUR Operadores*, as empresas áreas para incentivar o Programa Vai Brasil que oferece, na baixa estação, a chance do trabalhador brasileiro viajar com o preço do tamanho do seu bolso. Sugere aos Fóruns Estaduais que se organizem de tal maneira que os empresários e as autoridades do turismo tenham a condição de entregar suas demandas às bancadas de forma objetiva para impactar o Plano Nacional, além do regional e local. O **Sr. Marcelo Sáfadi (FORNATUR)** chama a atenção, particularmente de alguns colegas de estados onde não há absolutamente nenhuma tradição dos parlamentares colocarem emendas no turismo e, constitui uma tarefa de todos articular suas entidades, Secretários para as emendas no turismo aproveitando o momento extremamente favorável no Congresso Nacional em

decorrência da ação que o Ministro Walfredo tem feito, inclusive pagando todas as emendas de 2004, alcançando um elevado índice de execução. O **Presidente da Mesa** considera que o trabalho deve estar centrado nos Fóruns Estaduais, sendo importante reunir em meados de outubro para sair em conjunto com o Ministério nas negociações com os Deputados. O **Sr. Eraldo Cruz (ABIH)** considera esse assunto o mais importante para todos conselheiros e propõe que o Ministério produza, de uma forma simples e objetiva, um kit motivação para todas as associações presentes, de como funciona o processo de solicitação de emendas, para aos associados. Com isso tem a certeza que os Fóruns vão funcionar melhor e os empresários vão se mobilizar junto aos parlamentares conhecidos. A **Diretora Nair Xavier (DPMN/MTur)** apresenta o Plano Cores do Brasil, registra sua execução e resultados. Diz que o objetivo do Plano é subsidiar a elaboração das diretrizes oficiais no marketing nacional e orientar os segmentos do turismo com as operadoras, agências e profissionais especializados. Comenta o diagnóstico que pesquisou 1.173 turistas nos aeroportos brasileiros, 200 agências de viagem, além da análise de catálogos das 30 maiores operadoras do Brasil, técnicos dos estados e do Ministério. Apresenta os resultados quanto aos destinos, os pacotes mais divulgados e vendidos, os melhores receptivos, as cidades mais visitadas em um ano. Destaca o perfil do turista com os tipos de viagem, as motivações de férias programadas, a opinião do *trade* quanto aos fatores limitantes do mercado interno. O **Presidente da Mesa** chama a atenção para que as agências de viagem não fiquem tristes, que 16,4 não é o número de pessoas que compram, mas onde buscam a informação. Diz que a pessoa vai a agência para comprar o pacote, mas às vezes uma grande parte já sabe o que quer comprar, e isso é muito importante esclarecer para não dar a entender que o papel das agências é irrelevante, mas que hoje a informação pela pesquisa, portanto na fonte, com parentes, amigos e Internet, para que as agências se atualizem também no sentido de saber que a Internet é um instrumento a seu favor e não contra. Anuncia a chegada na reunião do Deputado João Herman de São Paulo e do Dr. Hélio Prefeito de Campinas, companheiro do Congresso Nacional. A **Diretora Nair Xavier (DPMN/MTur)** pede para registrar a importância de qualificar a oferta brasileira porque no momento em que a agência preocupa em perder as informações que chegam mais facilmente pela Internet e pelos guias, de repente deve buscar e qualificar o aumento da sua oferta, o que constitui um desafio para as agências. Ressalta os dados da Embratur com as informações e pesquisas, apresenta as motivações de viagem que confirmam a tese do *Tchias* em que o carro-chefe no Brasil é sol e praia, com 40,4%, e o turismo cultural que cresceu significativamente. O **Presidente da Mesa** indaga se o histórico que existe na Embratur com o José Francisco, o segmento sol e praia no Brasil representou muito mais percentualmente do que 40% e essa pesquisa está dizendo que o segmento ainda é muito significativo e sempre vai ser, mas outros como o Ecoturismo e Turismo Cultural começam a ter importância de mercado. A **Diretora Nair Xavier (DPMN/MTur)** mostra o que as agências de viagens entendem como fator limitante da venda de pacotes: deficiência do destino e do pacote, falta de divulgação, falta de opções do pacote, desconhecimento pelo cliente e equipe de vendas. Ressalta que o preço é o primeiro item colocado pelas agências, a falta de divulgação, portanto o desafio é continuar intensificando a promoção, a qualidade no atendimento com a qualificação,

disponibilidade de infra-estrutura nos destinos, acessos, sinalização turística. O **Presidente da Mesa** ressalta que a maioria dos municípios do Brasil, com R\$ 100 mil faz uma sinalização turística perfeita. Considera que é o caso dos Fóruns Estaduais prepararem quais as cidades turísticas de mais movimento, procurar meia dúzia de Deputados e pedir para que coloquem esses recursos com as emendas para infra-estrutura com a sinalização, pórticos, centros de atendimento ao turista. A **Diretora Nair Xavier (DPMN/MTur)** diz que talvez uma sugestão para o kit motivação seja a informação para os parlamentares do que acontece, onde estão as necessidades, portanto informar. O **Presidente da Mesa** diz que a informação está nos Fóruns Estaduais de Turismo que fizeram e definiram as cidades dos roteiros, em trabalho feito há um ano. Considera que tem que pedir aos representantes políticos nos estados que estejam presentes nas reuniões, porque as informações estão todas consolidadas. A **Diretora Nair Xavier (DPMN/MTur)** informa que os resultados apresentados são preliminares, diz respeito a realidade do primeiro semestre de 2005, diz que aguarda sugestões do Conselho até o mês de setembro para incorporar ao planejamento estratégico e o plano operacional. Informa que o diagnóstico é o mesmo que o Tchias apresentou na Câmara Temática de Promoção e Apóio à Comercialização, e vai ser disponibilizado na Internet para os Conselheiros. O **Sr. Sidney Costa (Chefe de Gabinete do Ministro)** relata as ações empreendidas pela Câmara Temática de Turismo Sustentável e Infância, com os desdobramentos internacionais ligados ao Fórum Mundial, sempre no sentido de atingir as metas aprovadas no Plano de Ações Integradas submetidas e aprovadas pelo Conselho Nacional de Turismo para prevenir a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo. Informa sobre uma das metas que diz respeito ao código de conduta e capacitação na nomenclatura internacional adotada, e que no Ministério fala em qualificação em um trabalho do grupo de estudos que adapta as iniciativas internacionais e a experiência nacional de Natal/RN. Destaca que a Câmara Temática apóia um projeto junto aos hotéis, bares e restaurantes, coordenado pela FNHRBS e contratado pela ABIH. Lembra a segunda edição do Fórum Mundial de Turismo Sustentável, de Turismo para Paz e Desenvolvimento Sustentável, de 24 a 26 de outubro, com a oportunidade de agilizar as ações para atingir as metas internacionais do plano, e que pela primeira vez ocorre uma reunião de Ministros e autoridades de turismo do Continente Sul-americano para tratar especificamente do tema, com o apoio da OMT. Lembra que tem sido visto de forma extremamente positiva a iniciativa do Brasil a partir do Conselho Nacional do Turismo que eleva o tema a um patamar de prioridade, observada internacionalmente e servindo de exemplo para outros países. Informa ainda sobre uma iniciativa sob a coordenação da Embratur, com uma ação que inicia nos potenciais mercados de emissão com um projeto na Itália, com a Central Sindical - União Italiana de Lavoro como parceiro dentro da lógica do turismo responsável, familiar. O **Presidente da Mesa** acrescenta que ao chegar ao Ministério em 2003 contava apenas com R\$ 200 mil, no Gabinete, para elaborar cartazes durante o carnaval, em ação anterior de combate à exploração comercial de crianças e adolescentes, época que não tinha acervo nem conhecimento sobre o assunto, numa atuação com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Considera que tem que combater a questão com muita competência e, em 2004 o Conselho foi unânime na solidariedade e determinação de fazer o plano de combate e enfrentamento, hoje cada vez

mais com adesão das autoridades estaduais e municipais, das entidades e ONGs e portanto, está no caminho certo, é uma questão de conscientização, mobilização e combate. Convida todos os conselheiros para o almoço e retorno as 14h15. O **Secretário Milton Zuanazzi** retoma a reunião e passa a segunda parte da reunião com a palavra dos Conselheiros inscritos. O **Sr. Sérgio Foguel (Indicação da Presidência da República)** cumprimenta a todos e apresenta as notícias referentes ao Fórum Mundial, considerando a agenda e o número de inscrições no evento. Anuncia uma ação para os jovens de 16 aos 21 anos, de famílias de baixa renda e alunos de escolas públicas, envolvendo a possibilidade de trabalho e crescimento profissional a partir do turismo. Diz que o programa integra as várias entidades do Conselho, com a participação expressiva da ABRASEL, ABAV, ABIH, FNHRBS, FBC&VB, SEBRAE, que abriga um potencial da juventude e beneficia os jovens para a vida profissional. O **Sr. Paulo Brito (Abrastur)** apresenta o turismo social, uma alternativa moderna, prática, inteligente e econômica de viajar, que proporciona ao trabalhador brasileiro e seus familiares a oportunidade real de fazer saúde preventiva através da utilização de diárias nos melhores hotéis do País, em qualquer época do ano, pagando R\$ 1,00 (um real) por dia, por pessoa. Destaca que não se trata de uma concorrência com as agências de viagens ou o passageiro habitual que está nas empresas áreas, e acredita que pode contribuir para desenvolver, cada vez mais e melhor, o turismo. Solicita que o membro suplente da entidade, apresente o programa sobre as férias do trabalhador brasileiro, uma proposta que coincide com as realizações do Ministério, como os roteiros brasileiros. O **Sr. Eduardo Barnes (ABRASTUR)** informa que apresenta o projeto Viva Brasil para possibilitar os brasileiros a conhecer o país, motivado por novos destinos com as férias do trabalhador. Fala que a proposta depende exclusivamente da iniciativa de implantar, porque não pretende nenhuma renúncia fiscal e nem benefício em nível de Governo, é auto-suficiente, além de oferecer oportunidades de realizar sonhos a custos compatíveis. Proporciona aos trabalhadores, através de um instrumento chamado Cupom Diária, integrado por sete diárias em hotel, para duas pessoas, com café da manhã, numa rede fantástica de hotéis no Brasil inteiro, com um custo em torno de R\$ 35,00 por mês, a exemplo do Vai Brasil. Apresenta os números, onde pretende atingir, no primeiro ano, 10% dos 23,7 milhões de trabalhadores com carteira assinada, com o custo de 4% da folha de pagamento. Agradece e espera poder adotar o programa com o apoio do Ministro através de um convênio. O **Presidente da Mesa** agradece e informa que está programando, em Brasília, no final de novembro, um seminário com as experiências internacionais, bem sucedidas, de turismo social. Diz que pretende puxar o assunto das experiências na Espanha, França, Chile, Austrália, enfim, em vários países e com certeza esses tipos de propostas são muito bem-vindos porque podem agregar algumas soluções esperadas. O **Sr. Marcelo Sáfadi (FORNATUR)** destaca que o Fórum Nacional de Secretários de Turismo tem reunido demandas corriqueiras dos Estados para transformar em um conjunto com solução de política pública e, nos últimos tempos tem um assunto, sobre a capacitação, formação técnica e superior. Informa que foi realizado pela primeira vez um seminário técnico do FORNATUR para trazer à luz algumas das demandas e problemas, sempre percebendo que talvez o maior deles é justamente a falta de comunicação e que, alguns Secretários mostram preocupação com o grande número de universidades concentradas

em capitais, com ausência de formação superior no interior do País, com má distribuição dos cursos técnicos além de não condizentes com as novas tecnologias. Destaca que em contato com a Secretária Maria Luisa, tenta estabelecer uma estratégia para colocar o assunto na pauta, por ser um problema recorrente em todas as reuniões, sendo importante debater sobre o assunto para aprofundar. Coloca três preocupações mais evidentes: primeiro, com a nova lógica do Ministério de atender a capacitação por demanda e não por oferta, não fica claro para os Secretários como interpretar a questão, quem deve levantar a oferta, a demanda, ou seja, a quem compete o levantamento? Cita como exemplo o discurso corrente de que o SENAC capacita a área de serviço, o SEBRAE capacita o empresário, enquanto que existem dúvidas quanto as atribuições do SENAI e SENAT. Por fim, solicita para definir alguns encaminhamentos porque, na verdade, a educação no Brasil e a capacitação sempre foram afetas ao MEC, sem uma política de formação de nível superior, formação técnico e tecnológica, que as instituições do Sistema S tinham também os seus métodos de trabalho, e o setor não tem a clareza e uma visão geral. É nessa linha que os assuntos são colocados nas reuniões do FORNATUR, onde consideram que as instituições devem não só apresentar os cursos que fazem, mas o que as entidades precisam, utilizando mecanismos que organizem oferta e demanda. Com isso o Fórum entende que deve ser feito, juntamente com o Ministério - seguindo uma lógica que pratica, de levantar a demanda de capacitação e qualificação profissional. Considera que está claro hoje, que essa é a uma atribuição dos setores organizados, onde cada Associação Brasileira diz o que necessita. Lembra que a Secretária Maria Luisa coloca muito bem: "Quem sabe o quê, quando e como, é o próprio empresário", até porque existe uma grande densidade de cursos nas capitais, mas deve haver equilíbrio regional e também avançar com os cursos para o interior do Brasil e sugere uma ação de levantamento de demandas, com as instituições setoriais, tomando conta, com o Ministério do Turismo e o Fórum de Secretários acompanhando para sistematizar e transformar a demanda numa estratégia de política pública. Sugere possivelmente utilizar o exemplo que o Ministério faz com a construção da Rede da Regionalização, envolvendo um exército de pessoas apaixonadas pelo assunto. Diz que sente falta de um exército de pessoas interessadas por capacitação, lembra que toda Secretaria de Turismo tem uma pessoa responsável pela regionalização e que também pode criar uma rede de capacitação, fortalecendo o Fórum Estadual e o MTur coordenando a construção de uma Rede Institucional. Diz que esse ponto é um ponto polêmico, mas percebe que falta uma interação maior e uma abertura o debate franco. Existem as universidades pesquisando novas informações, novos jeitos de tratar o assunto, o Sistema S com uma estrutura física e a cultura da capacitação, as associações setoriais com os problemas e deve haver a humildade de todos para transformar a capacitação num processo permanente. Pede que o SENAC escute as universidades, que os bacharéis pensem os seus produtos e escutem o mercado para pensar os próprios cursos. O **Presidente da Mesa** pede que o material seja encaminhado ao MTur. O **Sr. Marcelo Sáfadi – (FORNATUR)** agradece. Diz que faz mais um comentário, que todos são parceiros, mas a entidade que cobra para fazer é fornecedor. Parceiro é quem cruza dinheiro e, quando migra da coluna de parceiros para fornecedor, perde essa condição, ou seja, tem que apresentar

orçamento e atender onde e a forma que deseja implementar o curso. Pede para o Sr. Ministro, se possível, colocar em pauta a proposta do FORNATUR para um Programa Nacional de Capacitação ou fazer uma moção que todos aceitem a idéia de que o Ministério do Turismo realmente seja o gestor, revelando quais as demandas em âmbito nacional. Conclui que um país se resolve pela questão da educação, e tem certeza que precisam agora de um esforço concentrado na capacitação e qualificação para o turismo e acreditar na coordenação do Ministério focada na participação das entidades, de forma colegiada, seguindo uma ordem institucional para realmente aplicar a política pública. Informa que no dia 23 de setembro o FORNATUR estará também realizando um Fórum Técnico para discutir os instrumentos tributários de incentivo ao turismo e, até o final do ano, fazer mais três seminários na direção de transformar um problema em solução de política pública. Agradece. O **Secretário Milton Zuanazzi** comunica aos Senhores Conselheiros que o Secretário Marcelo Sáfadi, Presidente do FORNATUR, rigorosamente entrega uma moção incumbindo o Ministério do Turismo de passar a propor uma articulação nacional na capacitação e qualificação profissional do turismo. Diz que a moção, precisa ser votada no Conselho e que há alguns inscritos para discutir, abre então espaço para inscrições sobre a moção e depois a votação. O **Sr. Mário Beni (Indicação da Presidência da República)** cumprimenta o Secretário Marcelo Sáfadi pela oportunidade da proposta, mas pede para fazer uma correção, pois na verdade, não é definição de políticas e estratégias para a qualificação profissional, mas para a qualificação institucional, que é um pouco mais amplo. Considera que o Ministério do Turismo apresenta hoje uma estrutura institucional holística, sistêmica e rigorosamente apta para planejar as diretrizes norteadoras e estruturantes do processo de regionalização do turismo, mas por outro lado, os estados e municípios ainda enfrentam sérias dificuldades para aplicar e dar continuidade aos seus limites políticos territoriais, as diretivas prescritas e aplicáveis em suas respectivas conjunturas. Diz que esses empecilhos, em grande parte, refletem a ausência de recursos humanos qualificados para absorver, entender e compreender os novos paradigmas e trabalhar no sentido de harmonizá-los e compatibilizá-los às realidades locais. Conclui que essa fragilidade ainda está presente e revelada pela incapacidade institucional para a gestão do turismo, na grande maioria das regiões do País, apesar das sucessivas tentativas de planejamento do desenvolvimento integrado e sustentável do turismo. Considera que se observa uma reiterada freqüência dessas dificuldades, nos estados e municípios, em avaliar o alcance do objetivo principal, compreender e operacionalizar as proposições das diretrizes nacionais e que tais dificuldades da falta de compreensão do turismo como atividade multisectorial e dependente de uma atuação inter e multidisciplinar. Dessa forma tem defendido a participação ativa das universidades como centros de excelência para o monitoramento, acompanhamento e avaliação de desempenho dos programas, no sentido de se chegar ao que o Secretário Marcelo propõe e diz que corrige para Capacitação Institucional. Aproveita para cumprimentar o Ministro e a sua equipe pela apresentação do SIGTur, que é um Sistema Integrado de Gestão do Turismo, que na visão macro, simula o desempenho do Ministério nas suas metas do Plano Nacional de Turismo, um hábito que a cultura de planejamento, avaliação e monitoramento não têm difundido como ferramenta de gestão no País, portanto, o Ministério inova, e isso precisa ser levado também em nível

regional. Informa que entraram 700 pedidos no Ministério da Educação para novos cursos de turismo e foi deferido somente algo em torno de 550, com uma quebra de 30% dos cursos existentes. Acredita que hoje sejam em torno de 450 cursos, onde toda a Comunidade Européia existem apenas 285 cursos de turismo. Considera ainda um exagero, que é preciso qualificar melhor os cursos, mas vê na seleção de algumas universidades regionais características muito importantes para o observatório econômico. O **Sr. Marcos Vinícius (SEBRAE)** parabeniza ao Secretário Marcelo Sáfadi, considera que estão diante, sem dúvida, de uma situação em que o tema é absolutamente da ordem do dia, existe um Plano Nacional, um Ministério com institucionalidade, foco, programas, metas a serem cumpridas, sem dúvida alguma uma atividade que se transforma cada vez mais em um setor econômico importante, novos negócios com regionalização, roteirização, qualificação, produção associada, tudo isso transformando também a própria natureza do turismo que está sendo colocada que requer uma rediscussão da agenda de qualificação e capacitação que não deve ser apenas profissional, mas que agregue a dimensão que o professor Mário Bene coloca. Diz que o Sebrae reconhece também que é um sonho de consumo ter um alinhamento na agenda de capacitação e, é bom ter a liderança do Ministério para integrar, pois economiza recursos e, sobretudo, atende à demanda e rompe a atuação de certa forma desalinhada. Diz que o SEBRAE está disposto e acredita na integração. O **Sr. Paulo Solmucci (Abrasel)** considera a proposta do Secretário Marcelo Sáfadi muito boa para os empresários do setor de alimentação que emprega hoje quase seis milhões de pessoas no Brasil, ou seja, do turismo, ocupando 53% da mão-de-obra e tem como maior desafio a área de qualificação. Diz que existe uma grande oferta de cursos no mercado e o esforço de muitas instituições, mas infelizmente, pela característica do dia-a-dia, pela forma como infelizmente não estão suficientemente articulados nacionalmente para atuar perante todas as instituições, universidades, escolas, sente a falta de um processo de coordenação, e a proposta do Secretário Marcelo vem de encontro aos anseios do setor de alimentação fora do lar, de bares e restaurantes e revela uma esperança muito grande, porque também permite tirar as arestas pessoais que eventualmente acontecem numa demanda do setor há muito tempo, que é a de adequar currículos de quem oferta no mercado e às vezes é colocado de forma menos hábil que os bons interlocutores. Diz que fica muito feliz, não esperava um resultado tão positivo do Fórum realizado em Goiânia, e pede que o produto final seja avaliado no Conselho. Comunica que o voto da ABRASEL é extremamente a favor. O **Presidente da Mesa** destaca que logo após, coloca a moção em votação. Pede antes para falar, depois da bela dissertação do professor Mário Beni, não como Ministro, mas como companheiro de todos, para ressaltar dois aspectos: o primeiro, reportando-se à Cícero, 106 anos AC, que indagava no Senado Romano “qual o melhor e o maior presente para a República do que ensinar e educar a juventude?” São 2.111 anos que a pergunta foi feita e, o Brasil ainda não sabe como responder. Acha positivo, por um lado, a existência de quase 500 faculdades de turismo no país, onde havia uma demanda reprimida gigantesca por educação e os alunos não chegavam sequer à oitava série. Concorda com o Prof. Mário Beni quando pede para institucionalizar a educação, porque é um guarda-chuva mais amplo e faz uma analogia de que seria a floresta, os programas estaduais os bosques, as cidades seriam as árvores, e fariam isso funcionar em nível da

profissionalização. Considera a proposta do Marcelo Sáfadi uma oportunidade de ouro para o Conselho aprovar e, espera que possa virar de fato uma política, com resultados, cada um assumindo responsabilidades, a exemplo do Paulo Solmucci que mudou o conceito de treinamento da ABRASEL. Diz que o momento é de reflexão, principalmente quando um Secretário de Estado vem ao Conselho representando o ponto de vista pessoal e de mais 26 UFs para dizer: "somos pobres, não temos dinheiro, temos uma demanda violenta, temos os instrumentos para resolver, somos um exército de gente competente e disperso", e propõe que o Ministério do Turismo assuma, em função até da competência demonstrada pelo trabalho que a Secretaria Maria Luisa lidera no setor. Enfatiza que a tarefa do Ministério é mesmo de coordenar, organizar para depois as forças vivas, presentes na reunião do Conselho, multiplicadas pelos capilares nos estados e municípios façam acontecer. Aspira que a palavra que deve estar entre todos para isso é solidariedade e, espera "mudar a história do turismo no Brasil e, dentro de 10 anos poder olhar para trás e comparar com hoje". Diz ser importante fazer e, de sua parte, se o Conselho aprovar a moção do Marcelo Sáfadi, fica entusiasmado e assume a responsabilidade até de dar um tempo pessoal na articulação superior, o que vai precisar, para ter de fato uma ação moderna, concreta e afinada com a demanda e não colocar a coroa na cabeça da oferta. Fala que a demanda chama-se cliente e quem não tem competência para atender o cliente, o próprio mercado exclui. Relata que a segunda coisa que tem a dizer é que, tem de aproveitar o momento que passa o turismo para ter essa institucionalização, e todos devem virar guerreiros dessa política de institucionalização da qualificação para ir em frente, com base na demanda, e abrir um pouco a mão do preconceito para ver o que o conjunto aspira e ganhar com menos necessidade e dispêndio de energia. Parabeniza o Marcelo Sáfadi, festeja a clareza de visão do Fórum dos Secretários, porque o assunto poderia demorar 10 anos para ser proposto no Conselho. O **Secretário Milton Zuanazzi** coloca em votação a moção, com o adendo do Prof. Mário Beni, de tornar também capacitação profissional e institucional. Diz se os Conselheiros concordam, permaneçam como estão. A **Sra. Margareth Pizatto (ABRACCEF)** pede para fazer uma colocação na proposta do Marcelo Sáfadi, que soa como música para os ouvidos de todos os empresários. Diz que a preocupação da ABRACCEF é na capacitação e gestão dos Centros de Convenções em nível de Brasil, atualmente com 324, dos quais apenas 30% têm gestão profissional e pede para inserir no projeto do Secretário de Turismo. O **Presidente da Mesa** diz que não está coordenando, mas entende que isso é holístico, o institucional pega tudo, é a floresta e todos que estão no Conselho representam um setor, tem que ajudar a dizer o que precisa. O **Secretário Milton Zuanazzi** coloca a moção em votação, pede que os Conselheiros que concordam, permaneçam como estão. (*Palmas*). Aprovada a moção. Faz uma pequena alteração na ordem das apresentações. O **Sr. George Ermakoff (SNEA)** diz que a aviação em geral está vivendo um novo mundo a partir daquela data provavelmente 20, parece ser o prazo de Sanção Presidencial e mais 180 dias para o Decreto Regulamentar ter um novo órgão à frente da aviação, que todos desejam que seja para melhor. O segundo ponto é sobre a Nota Técnica elaborada pelo Ministério do Turismo, de número 12/2005/Fungetur, que diz respeito ao Projeto de Lei 1.593/2003 de autoria do Deputado Rogério Silva, do PPS de Mato Grosso para criar uma taxação de

1% sobre a receita das passagens aéreas, rodoviárias fluviais, nacionais e internacionais, emitidas por empresas credenciadas a operar no mercado brasileiro, cuja receita seria para o Fungetur. Demonstra indignação com a Nota Técnica porque emite certos conceitos, um deles a tentativa de modificar a redação do Projeto de Lei, emite análise dos passageiros quando diz que os modais terrestres, rodoviário e fluvial infelizmente têm baixo poder aquisitivo e com o intuito de não prejudicar o turismo doméstico brasileiro, propõem que fiquem de fora da taxação e faz a análise sobre o passageiro internacional, coloca dados que a renda per capita mensal de um passageiro internacional é de R\$ 4.896,57 e, 75,6% dos viajantes têm nível superior e 81,1% não viajaram em segunda viagem ou mais, dividindo o assunto em baixa e alta renda. Considera que a análise discrimina os passageiros até porque a questão da renda tem a Tabela Progressiva do Imposto de Renda que trata do assunto. Fala sobre as passagens aéreas que o Brasil é signatário de acordos bilaterais praticamente com todos os países que aqui operam, e que não permite taxar as empresas desses países, portanto, essa lei ficaria única e exclusivamente válida para as empresas nacionais nos vôos internacionais. Lembra que não é intenção do Governo aumentar a Carga Tributária, e que está criando um novo tributo para fazer o passageiro internacional pagar, e que esses recursos poderiam vir de alguma outra fonte que não seria da Taxa de Embarque. O **Sr. Apostole Lazaro (ABETAR)** frisa que a indústria não tem gordura para queimar e cada vez mais há o repasse de preços. Lembra que o custo do combustível em 2005 subiu mais de 300%, acarretando dificuldades em repassar para as tarifas. Pede para deixar o assunto registrado. O **Sr. George Ermakoff (SNEA)** fala que logicamente as análises no início do próximo ano devem revelar os balanços das empresas, e todos os impactos podem ser medidos. Acha que a sociedade brasileira não agüenta mais novos tributos e faz um apelo no sentido de trabalharem juntos para impedir que os ajustes saiam do bolso dos passageiros. O **Presidente da Mesa** considera que tem de desonerar a tributação brasileira, feita apenas para os que pagam, sendo muito alta e complexa. O **Sr. Noslin de Paula (ABBTUR)** fala sobre a capacitação, uma preocupação da ABBTUR há muito anos e motivo de discussão com os Secretários do Ministério. Informa que pagam há muito tempo, o ônus pelo crescimento dos cursos de turismo no Brasil. Apresenta o Programa Empreendetur, criado pela entidade para atender uma demanda emergente, resultado dos cursos superiores no Brasil, voltado à orientação, inclusão e manutenção de profissionais. Diz que o programa parte do princípio que o profissional de turismo com uma pequena empresa ou professores da área têm a visão empreendedora e esperam proporcionar a oportunidade de criar o próprio negócio. São dois focos o empreendedorismo em si e a empregabilidade. Informa que o programa tem a parceria da Fundação Banco do Brasil, além da atual negociação com o mesmo para ser o agente financiador dos pequenos negócios que podem surgir. O **Sr. Armando Arruda (UBRAFE)** cumprimenta a todos e convida para o lançamento do Calendário da UBRAFE, com as principais Feiras de Negócios do País, no dia 13 de setembro em São Paulo, comemorativo dos 20 anos de atuação da entidade. Informa que o evento apresenta ainda o caderno especial da FBC&VB com a diversidade dos destinos brasileiros e o caderno especial da EMBRATUR, com as diversas modalidades e práticas do turismo no país. Destaca as dificuldades enfrentadas com os Fóruns Estaduais principalmente na área de

promoção. Pede para retomar o estudo que determina o rateio das verbas promocionais para os estados, pois entende que tem uma ação mais efetiva no Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no que diz respeito às Feiras de Negócios, o que não é computado, e que seja mensurada a atividade, porque tem dificuldades na promoção nacional e internacional. Apresenta como pleito que os projetos sejam levados em conta, anuncia que a proposta já foi apresentada ao Secretário Marcelo Sáfadi que considerou ser o assunto uma matéria para o Ministério estudar e avaliar uma nova formula que não seja apenas pelo número de cadastros e CNPJ, que não espelham a representatividade das empresas do setor, mas pelo faturamento e o número de funcionários e colaboradores junto ao *trade*. O **Secretário Milton Zuanazzi** ressalta que não é apenas o CNPJ e os cadastrados, mas que existe um critério que pesa, por exemplo, a chamada de ação receptiva. O **Sr. Armando Arruda (UBRAFE)** informa que o setor das empresas organizadoras e promotoras de feiras de negócios estava fora do levantamento de dados, porém, com a inclusão no projeto da Lei Geral do Turismo, acredita ter chegado o momento para reorganizar esta avaliação. O **Secretário Milton Zuanazzi** diz que por isso, a reivindicação é justa, mas hotelaria, por exemplo, pesa muito mais do que agência, no sentido essa é mais emissiva do que receptiva. Informa que o Ministério quer passar aos Fóruns, a partir de 2006, que a verba descentralizada tem política adotada correta, porém é para os Fóruns funcionarem, não é uma verba para o Secretário de Estado, mas para o Estado discutir a sua promoção internacional com os recursos da Embratur e no âmbito nacional, com os recursos da Secretaria de Políticas. O **Sr. Alain Baldacci (ADIBRA)** fala sobre os Fóruns Estaduais, destaca que em São Paulo nem sempre os empresários têm interesse em participar, embora uma minoria não falte sequer uma reunião. Acontece que o comando do Fórum é do Governo, o Presidente é o Secretário de Estado e a freqüência nas reuniões, as agendas, a pauta, a própria formação do Conselho são premissas exclusivas do Secretário de Estado. Destaca que no caso de São Paulo, o Fórum tem reuniões periódicas, porém, em nenhum momento discutiu os roteiros turísticos estaduais com os empresários, a decisão foi entre os técnicos da Secretaria e do Ministério. Com isso revela que os Parques Temáticos estavam fora do Salão Brasileiro de Turismo, que as prioridades não são estabelecidas, os projetos para aprovação de verbas não são apresentados no Fórum e beneficiam municípios nem sempre com potencial turístico. Diz que tem a sensação de que os Secretários realmente não precisam do Fórum, pois parecem ter uma linha direta com o Ministério para resolver assuntos de interesses e, não considera justo que alguns segmentos ativos e participativos nas instâncias estadual, municipal e federal, sejam prejudicados pelo mau funcionamento de um Fórum. Como representante do segmento dos Parques, diz que é um produto que está completo, com qualidade internacional, está ocioso e não contemplado em muitas das ações, porque através do Fórum Paulista não chega ao Ministério. Solicita que o Ministério do Turismo estabeleça mecanismos para detectar o mau funcionamento de alguns dos Fóruns instalados e agir para corrigir desvios. Diz que o ideal, é que todos os Fóruns estejam alinhados e funcionem com a mesma eficiência e transparência do Conselho Nacional. Enfatiza que a entidade faz parte da Câmara Temática de Financiamento e lembra que o

Ministro mostrou uma tabela de que os bancos oficiais estão aumentando a disponibilidade de recursos para o turismo, e é verdade, só que precisa tirar desse dado uma leitura diferenciada: uma coisa é o dinheiro que está sendo colocado no varejo, no financiamento da viagem do turista em si, o que tem sido feito com muita competência pela Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, e os números comprovam. Diz que preocupa a parte do investimento, porque se houver o crescimento esperado pelo Ministério e, o Plano Nacional atingir suas metas, vai faltar equipamento turístico, porque não vai haver financiamento para essa finalidade. Frisa a importância de resolver a questão de bens e capital, uma boa iniciativa e que, na última conferência dos Parques Temáticos foi discutido o assunto da importação de equipamentos usados, com vida útil de 20 a 30 anos, que devem ter tratamento diferenciado e financiamento, reduzindo os investimentos do setor e viabilizando os Parques. Ressalta que é preciso ver o financiamento de estudos turísticos com a FINEP. Quanto à comercialização, diz que falta o Plano Cores do Brasil contemplar o setor de entretenimento e, sobre o PIS e a CONFINS, ressalta as duas portarias, uma primeira do Ministério do Turismo, depois republicada pelo Diário Oficial, em 09 de março que estabelece a retroatividade do efeito e que é preciso orientar as entidades como utilizar esse benefício junto as áreas contábeis. Lembra a aproximação da realização do Frontur e ABAV e destaca que representantes do Conselho tiveram situações difíceis e constrangedoras nesses eventos, e solicita tratamento especial. O **Secretário Milton Zuanazzi** acata a solicitação de tratamento diferenciado aos Conselheiros. O **Presidente da Mesa** fala sobre o BNDES, diz que sabe do esforço do Castelo Branco e destaca a postura propositiva adotada pelo Guido Mantega desde que assumiu a Presidência do Banco, e destaca que não deve perder a oportunidade, agora que tem uma formulação institucional que permite entrar no BNDES pela porta da frente e aportar as demandas do turismo, com base nos estudos elaborados. Solicita as contribuições por escrito do setor, com as discussões na Câmara de Financiamento para fazer um trabalho consistente e agendar reunião com o Guido Mantega. O **Sr. Alain Baldacci (ADIBRA)** informa que o documento já existe, foi formulado pela Câmara desde o 2004 e agora, tentam apresentar casos concretos de demandas organizadas, dentro dos parâmetros oferecidos pelos bancos. O **Sr. João Bastos (BASA)** relata que o debate é oportuno, as entidades privadas representadas no Conselho devem prolongar a discussão na Câmara Temática específica, permitindo avançar. Ressalta que os dados do BNDES obriga a fazer algumas colocações para mostrar que as demais instituições públicas do Conselho também tem um papel importante. Fala que o BNDES tem 65% do crédito no Brasil, mas que na Amazônia, que é mais da metade do Brasil, os dados do Banco Central informam que o Banco da Amazônia representa 82% de todo o crédito de fomento na região. Destaca ainda o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, com trabalhos extraordinários. Considera necessário debater a questão das regras de crédito, as fontes disponíveis aos agentes financeiros, o incentivo a quem é certificado, as taxas de juros, dentre outros assuntos. Acha oportuno o debate e ressalta o esforço extraordinário de apoiar o turismo como prioridade na Amazônia. O **Sr. Martinho Moura (ANTTUR)** agradece os setores envolvidos do Ministério por ouvir os apelos para a redação do Decreto, que saiu bastante razoável para os interesses do setor, e se a questão da classificação das transportadoras e dos veículos realmente forem atendidas ficam satisfeitos

e agradece. O **Sr. Eugênio Antinoro (ABAV)** relata a situação preocupante que afeta diretamente o segmento que representa. Destaca que a Receita Federal, transfere, através da figura do substituto tributário às agências de viagens, a obrigação de receber a menor, quando da apresentação das faturas um valor equivalente a 7.05%. Destaca que uma agência de viagem que eventualmente apresente uma fatura de R\$ 500 mil, vai receber menos de R\$ 35 mil no valor total. Diz que a demora no resarcimento por parte das companhias áreas na devolução do que foi retido por uma distorção na aplicação da norma originada da Receita faz com que as agências de viagens literalmente cheguem à banca rota, porque existem atrasos que chegam a sete, oito meses, ou seja, a cada decêndio, que é a periodicidade com que as agências de viagens recebem as faturas ou pagam, tem uma retenção de 7.05, um valor insuportável, e deve haver uma imediata revisão do critério, criando mecanismos que imponham a obrigação da compensação simultânea. Pede a atenção do Senhor Ministro e do Ministério para que possam corrigir a distorção que parece inaceitável. O **Secretário Milton Zuanazzi** solicita as entidades para formalizarem o relato e enviar ao Ministério, com a solução proposta para o Ministério entrar em campo com a Câmara de Legislação, pois o assunto parece bastante relevante e grave a situação levantada. O **Sr. Alexandre Sampaio (ABIH)** convida a todos para o 47º Congresso da ABIH em São Paulo, de 20 a 23 de setembro, bem como para o cinqüentenário da Federação Nacional de Hotéis, no dia 28 de setembro, em Brasília, com uma Sessão solene no Dia Mundial do Turismo, onde a Federação será homenageada numa reunião da Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados. Informa que está encaminhando para a Câmara de Legislação uma consulta da Federação sobre a interpretação do PIS e CONFINS, também para os hotéis, de lucro real, onde persistem algumas dúvidas e não conseguem que a Receita Federal responda a consulta. O **Sr. Luiz Edgar Tostes (ABRACAMPING)** diz que o Ministério está desenvolvendo a política de desenvolvimento de turismo através dos roteiros integrados de turismo, e lembra a colocação do representante da ANTTUR na última reunião, de que o desenvolvimento dos roteiros vai ter por base o turismo rodoviário, e a medida que sejam divulgados vai provocar um aumento significativo das viagens individuais por rodovias. Ressalta que no Brasil há uma precariedade muito séria de infra-estrutura de serviços nas estradas brasileiras e que o turista rodoviário se apóia nos postos de combustíveis, geralmente com restaurantes e em alguns mesmo, hospedagem. Diz que os postos são muito precários o que pode comprometer as viagens rodoviárias, e propõe que o Ministério envolva as principais petroleiras com integração direta com seus concessionários para junto com o SEBRAE e SENAC desenvolver um programa de treinamento e capacitação dos profissionais, tornando os postos em ponto de apoio para o turismo rodoviário com restaurantes, banheiros e informação turística. Fala sobre o caravanismo no Brasil, um turismo com *trailers* e *motorhomes*, que a partir do novo Código Brasileiro de Trânsito passou a exigir que o motorista de um veículo que traciona um *trailer* de 200 Kg tenha a mesma habilitação do motorista de carreta de 400 toneladas, o que bastaria uma carteira equivalente ao motorista de um ônibus. Comunica que foi apresentado um Projeto de Lei ao Senado, com o apoio do Ministério do Turismo, está pronto para ser votado em Plenário, em tramitação desde 99. Diz que nesse meio tempo, o Contran lançou uma nova resolução exigindo que o

motorista de *motorhomes* tenha carteira de motorista de caminhão, o que não existe em nenhum país, além de comprometer a indústria de veículos de recreação no Brasil. O **Presidente da Mesa** pergunta se o Projeto de Lei está pronto no Congresso. O **Sr. Luiz Edgar Tostes (ABRACAMPING)** informa que foi aprovado no Senado, passou pela Câmara, nas Comissões e está pronto para ser votado em Plenário, para depois voltar ao Senado porque houve um substitutivo na Comissão de Transporte da Câmara. O **Presidente da Mesa** solicita que o Conselheiro envie o projeto para ajudar na tramitação. O **Sr. Carlos Roberto Solera (ABRATTUR)** diz que a entidade completou 11 anos, iniciaram identificando no Brasil 380 empreendimentos de turismo rural, e hoje contam com 15 mil, um crescimento espantoso. Comunica que tem uma proposta no Ministério, na Câmara de Segmentação, para fortalecer a Associação, uma vez que foram criadas 17 representações estaduais, cada uma com a diversidade própria dos territórios, cumprindo uma missão social de fixar o homem no campo, portanto trabalhando contra o êxodo rural. Solicita ajuda para o assunto, bem como de serem incluídos no censo hoteleiro que deveria contemplar o urbano e o rural. O **Sr. Roland de Bonadona (FOHB)** parabeniza o Ministro pela qualidade do trabalho e os resultados alcançados. Pede para apresentar dados concretos sobre o impacto dos resultados na hotelaria, pela primeira vez no Brasil, com uma amostra das diárias realmente praticadas. Diz que durante o primeiro semestre em 230 hotéis, com 33 mil apartamentos conseguiram uma taxa de ocupação dentro do universo de 57%, contra 52% em 2004, com uma progressão de 9%, com a diária média praticada de R\$ 120,00 contra R\$ 111,00 em 2004, numa diferença de 8%. Considera os dados importantes porque, depois de praticamente quatro anos de queda de ocupação e estagnação, queda de preços também, começam a recuperar em nível de hotelaria. Diz que, se combinar a taxa de ocupação e a diária média, a receita dos hotéis melhorou 18% de um ano para outro, o que por acaso até coincide com no volume de aumento de compra do turista estrangeiro, um sinal muito positivo. Lembra que em 2004 não faziam nem 50%, a metade da capacidade dos hotéis estava ociosa, com diária de R\$113 s contra R\$110. Diz que, se considerar essa receita e o custo de investimento desses hotéis, isso representa uma média de retorno sobre investimento na ordem de 5%, e quando fala sobre reposição de ativos, financiamentos, imposto de renda, 5% de retorno quando o custo do dinheiro está em 14%, os níveis ainda são muito baixos. Considera que ainda demora ainda alguns meses antes de chegar ao patamar que permite pensar em recompor para tomar novos financiamentos. Acha que estão numa situação melhor, isso é muito importante para o setor, porém ainda longe do que permite um equilíbrio financeiro e pensar numa forte retomada do crescimento. O **Sr. Apostole Lazaro (ABETAR)** comunica que a entidade lança a sua revista de bordo, a ser distribuída nas oito companhias aéreas regionais, cujo lema é o Brasil pelos Brasileiros, com a idéia de focar cada estado em cada edição da revista, não no que o estado tem de mais famoso e sim, do interior para a capital, aproveitando o programa *Roteiros do Brasil*. Informa que apóiam a Câmara de Turismo Sustentável e Infância, e disponibilizam um espaço editorial na revista para alertar sobre o problema da exploração sexual infanto-juvenil. Diz que na suplementação tarifária existem problemas na verba contingenciada no DAC e pede a ajuda do Ministério, não se trata de um montante elevado, é uma verba de 2004, já recolhida pelas empresas, no valor de R\$ 4,5 milhões, e que

algumas empresas praticamente tem de 30 a 40% das suas operações dependendo da suplementação tarifária. O **Presidente da Mesa** indaga se a ABETAR é composta por 14 empresas regionais, se dá para crescer em 70 destinos por ano, o que totaliza 210 em três anos, possibilitando dobrar a oferta. Pergunta se isso ocorre. O **Sr. Apostole Lazaro (ABETAR)** responde que sim, que estão aumentando o número das cidades atendidas, que tem algumas limitações, inclusive especificadas na carta do segundo CONAR. Comunica que tem alguns problemas a resolver, porque é comum com as grandes empresas a questão do combustível. Lembra o projeto de estímulo da malha aérea, inclusive de interesse do Ministério do Turismo. O **Presidente da Mesa** pergunta se o Conselheiro Apostole sente que o setor este crescendo. O **Sr. Apostole Lazaro (ABETAR)** responde que o setor cresce acima de tudo e que os empresários estão otimistas e investindo. Informa que as empresas crescem cerca de 40% ao ano em média, e o setor cresce 14% ao ano, enquanto que as regionais crescem 40% ao ano. Diz que em 2003 as regionais dentro da indústria, representaram 1,42% de todo o setor, e em 2005 representam 2,25%, com tendência ao crescimento. A **Sra. Creusa Soares (FENAGTUR)** enfatiza que a Federação sabe que o mercado de trabalho conta com 11 mil guias e precisa saber onde estão lotados, pois atualmente todos são guias. Fala que a Federação participa de todas as reuniões nos Fóruns, mas que ainda se sentem como meros espectadores apesar de coadjuvantes na cadeia turística. Lembra a remuneração do profissional em trabalho de *transfer* em outro idioma, equivalendo a diárias que variam no país de R\$ 15,00 a R\$ 150,00 o que não demanda um profissional qualificado. Diz que existem campanhas para atrair turistas, mas quem recebe é o guia e que o investimento na profissionalização é proveniente de recursos próprios. Relata que são poucas as instituições que oferecem cursos de guia e, quando existe, o profissional não sai bem preparado. Reforça o pedido ao Ministério do Turismo que já apóia na tramitação da lei de criação do conselho da entidade, para possibilitar o poder de barganha na qualificação, investindo naqueles que realmente cumprem as exigências requeridas. Solicita ainda que o Ministério ajude a fazer oficinas em todo o país, buscando e conclamando os guias que estão no mercado, valorizando e respeitando o profissional. O **Secretário Milton Zuanazzi** lembra que o MTur tem o cadastro para Guias de Turismo. Diz que poderiam fazer um esforço conjunto com a Federação ou Sindicatos nos estados, para realmente avaliar quem realmente está no mercado. O **Sr. José Lopes (Banco do Brasil)** diz que o estigma de que os bancos tem medo de emprestar ao setor turístico parece estar desaparecendo, e a demonstração disso é a evolução dos números apresentados pelo Ministro Walfrido. Complementa a informação sobre os limites de crédito calculados para a empresa, que deixaram de disponibilizar uma parte dos recursos públicos para o setor, mas começam a calcular limite de crédito dizendo que algumas empresas tem possibilidade de contrair empréstimo até determinadas valores. Informa que em janeiro de 2004 havia no Banco um limite de crédito calculado e aprovado, de R\$ 1 bilhão 688 milhões, em dezembro, e chegaram a R\$ 2 bilhões 377 milhões, em julho, saltando para R\$ 2 bilhões 585 milhões. Ressalta que dessa forma deixam de tratar informações de forma empírica, que tem um volume expressivo de recurso disponível para o setor, passam agora a estudar cada empresa para informar as condições de contrair o empréstimo até o limite

da capacidade de endividamento. Enfatiza ao Sr. Ministro que o desafio é aplicar no turismo R\$ 2,5 bilhões, só do limite de crédito calculado no Banco com as empresas que atendem, e basta agora ter os projetos para fazer os investimentos. O **Sr. Fábio Lenza (Caixa Econômica Federal)** parabeniza o Banco do Brasil pelo desempenho apresentado e os limites disponibilizados. Diz que nos números colocados pelo Ministro iria complementar com algumas informações, porque os números não incluem a pessoa física e não tem alguns programas especiais. Diz que no Cartão Turismo, pessoa física, vendeu cerca de 120 mil na bandeira *master card* e que foi lançado a bandeira *visa*, além dos créditos. Informa que o Cartão é para viagem, mas pode usar nas empresas de turismo como meio de pagamento, acionando as vantagens da linha de crédito diferenciada. Comunica que a Vila PAN é um empreendimento com financiamento da Caixa, com R\$ 190 milhões, com um cronograma de desembolso em que foram colocados para comercializar os apartamentos, vendendo 1.480 apartamentos em dois dias, um sucesso de empreendimento imobiliário. Ressalta que o desafio para o setor é criar uma inteligência nos Bancos e coloca a Caixa como um banco do desenvolvimento, os prefeitos já acostumados com a consultoria disponibilizada com técnicos preparados e, considera importante aprofundar o conhecimento em turismo para aplicar nos produtos bancários com as linhas de crédito. Diz que necessitam também ensinar para as prefeituras, e nesse sentido criaram uma inteligência e instituindo alguns núcleos. O **Presidente da Mesa** ressalta os avanços apresentados e que estaria com o Presidente Lula e gostaria de levar os resultados extras da ABETAR, da FOHB e dos bancos. A **Secretária Maria Luisa Leal** ressalta que todos os bancos realmente avançaram, com exceção do BNDES que é um caso a parte e estão brigando. O **Sr. Alain Baldacci (ADIBRA)** endossa em nome da Câmara de Financiamento, as palavras da Secretária Maria Luisa, porque a Caixa e o Banco do Brasil principalmente, estão preenchendo uma lacuna que às vezes seria do BNDES, e que essa inteligência vem da atitude apresentada e que as quebras de paradigmas devem ajudar a alcançar as metas do Plano Nacional. O **Secretário Executivo Márcio Favilla (MTur)** fala sobre a relação do sistema financeiro com o turismo, que mesmo em países consolidados como a Espanha e o Canadá, historicamente não sabiam conversar entre si, e com o tempo f aproximaram-se., o que de certa forma, acontece no Brasil. Considera que é um processo de aprendizagem falado pelo Ministro, o setor privado tem que estar organizado para conversar com os bancos, e estes também, desenvolverem a inteligência e o conhecimento para entender o turismo, cujo produto é muito diferente dos que estão acostumados a analisar. Diz que fala isso com tranquilidade porque toda a sua carreira foi em banco e sabe dessa dificuldade. Ressalta que os dois setores, no trabalho que vem desenvolvendo, estão se aproximando e os resultados vão aparecer. A **Sra. Dercy Vignoli (ABCMI Nacional)** convida a todos para o Congresso Brasileiro da Melhor Idade. O **Secretário Milton Zuanazzi** diz que a ABCMI pode contar com o apoio do Ministério do Turismo. Frisa que as entidades nacionais, indistintamente, estão contando com esse suporte nos seus eventos nacionais, intrínsecos ao turismo. Ressalta que no caso dos eventos regionais, o Ministério repassa recursos aos estados com a verba descentralizada. O **Presidente da Mesa** lembra que os Deputados Federais descobriram, por insistência do Ministério, que as emendas individuais não precisam ser

exclusivas e necessariamente de infra-estrutura, uma parte sempre menor pode ser de apoio à promoção. O **Sr. Cláudio Magnavita (ABRAJET)** pede especial atenção ao que foi a comemoração dos 50 anos do Conselho de Turismo da Confederação Nacional do Comércio, que a pedido do Deputado Alex Canziane realizou sessão solene na Câmara dos Deputados. Fala da sua grande preocupação com o Fórum Nacional de Turismo, no Rio de Janeiro, onde o Ministro esteve participando da solenidade, em tumultuado cerimonial do governo estadual, causando um profundo curto-círcuito com a Prefeitura local que pode prejudicar o Fórum. Destaca que os conselheiros nacionais convidados pelo cerimonial do Ministério ficaram em segundo plano, inclusive alguns deles saíram das suas cidades para o Rio de Janeiro e retornaram. Informa que, como retaliação teve a informação de que a Prefeitura não iria liberar os R\$ 400 mil prometidos, o que pode gerar constrangimento e a não realização do Fórum. O **Presidente da Mesa** pergunta se iria retaliar o Fórum. O **Sr. Cláudio Magnavita (ABRAJET)** diz que as informações dão conta de que estão tratando o assunto com morosidade e considera importante que o Conselho de Turismo se manifeste perante o Prefeito do Rio de Janeiro. Acha preocupante que um evento dessa dimensão e importância sofra retaliação política. Sobre a formação e capacitação profissional comunica que realizou palestra na UNB, no Centro de Excelência de Turismo, onde teve a oportunidade de observar um campo para ser desenvolvido na formação de jornalistas, na área de comunicação e na questão relacionada aos profissionais de turismo para trabalhar em comunicação. Diz que a pedido do Secretário Milton Zuanazzi realiza um mapeamento global do turismo, de quem é quem no jornalismo de turismo, porque até hoje não existe um censo nacional. Pede para deixar registrado que assistiu o nascer da paixão da Caixa Econômica pelo turismo, hoje o “banco do turismo” que abraça a causa com um projeto de lançar com o Ministério, um prêmio ou concurso de reportagem para o setor, mas por problema de comunicação foi chamada outra entidade, com números fora da realidade, levando a Caixa a recuar nas lições do prêmio. Diz que a ABRAJET, por congregar jornalistas de turismo, acaba trafegando por todos os setores produtivos do setor, e passa a ver que as demais entidades estão preocupadas consigo mesmas e existe um problema muito grave no turismo, que não foi citado na reunião do Conselho, sobre o pronunciamento de que a VARIG não tinha plano B e que a empresa podia parar se não fosse logo vendida. Informa que realizou um levantamento e constatou que a VARIG possui mais 106 mil bloqueios de grupos da Europa para o Brasil, até dezembro e, se houver um colapso atinge a aviação comercial, contrariando a onda de otimismo, gerando problemas com as metas. Diz que se manifesta sobre o assunto porque não vê até o momento, nenhuma entidade produtiva do setor, diretamente relacionada ao receptivo do Brasil se manifestar ou tentar uma articulação perante a oitava vara do Rio de Janeiro para conscientizar e buscar uma solução para a VARIG e está na hora do setor do turismo se manifestar. O **Presidente da Mesa** concorda que o assunto da Varig é realmente importante, os primeiros 60 dias vencem no dia 11 e na nova lei de reestruturação, a VARIG tem que apresentar um plano e depois, tem mais quatro meses para ser julgada a sua viabilidade. O **Sr. João Luiz Moreira (FBC&VB)** sobre o assunto diz que em 2004 manifestou apoio colocando a Federação à disposição. Percebe que é uma empresa com problemas de gestão, fugiu do foco, esqueceu o mercado. Ressalta que a

Federação é conveniada com a VARIG, acredita que houve um acordo de tarifas que não se cumpre e agora não tem mais nenhuma motivação para fazer pressão no judiciário portanto, devem tirar o presidente do conselho para que possam fazer um consórcio, usar idéias mais inovadoras e assumir a empresa, pois todos sabem que ocorreu um problema de gestão e entende a sensibilidade para uma ação conjunta. Diz que é parceiro, mas considera difícil agir com quem não cumpre o que precisa. O **Sr. Alexandre Zubaran (ABR)** fala sobre o tema citado pelo Moreira e o Magnavita, diz que também trabalhou no grupo e não se sente mais motivado para fazer nenhum tipo de contribuição, apesar de estar ciente do empenho pessoal do Ministro, da equipe, do ânimo renovado com a criação da ANAC e a participação efetiva do Ministro no Fórum, mas o fato é que não consegue enxergar solução para a crise da VARIG, o que agrava os impactos já destacados, apesar das alegações de que em caso de eventual paralisação, não haverá danos ao setor. Diz que além da perda de importantes rotas, sobretudo internacionais, existe uma situação de demanda reprimida, e que não se dão conta do gargalo aéreo como um fato. Ressalta que nos períodos de alta demanda, como feriados, grande parte da hotelaria fica a meia carga em função da ausência de assento aéreo para chegar aos destinos e, com a baixa oferta de fretamentos, a situação da aviação já se configura como um forte entrave para o turismo, haja vista que nos últimos anos a aviação civil brasileira cresce cerca de duas vezes e meia o PIB da indústria, o que significa dizer que a oferta deveria também estar crescendo para atender a cadeia produtiva. Acredita que o dado apresentado pela Diretora Nair com o *Plano Cores*, no que diz respeito aos acessos não significa apenas falta ou má condição das estradas, a não existência de conexão aérea ou disponibilidade de assento. Lamenta informar que no setor de Resort em 2005, o quadro ficou extremamente desafiador para a hotelaria e Resorts, com as perdas em torno de 26% em julho, e expectativa no ano da ordem de 15%. Diz que o câmbio ficou mais desafiador e o setor tem que apresentar maior capacidade de reação. Aponta outro assunto que agrava ainda mais o cenário, segundo pensamento também do FOB e da ABIH, sobre a grande explosão da oferta de navios de cabotagem de passageiros na costa brasileira, tempos atrás uma concorrência simétrica, com todos expostos à mesma realidade de estrutura de custos. Atualmente o caso dos navios não impacta apenas os *resorts*, mas toda a hotelaria, numa concorrência absolutamente assimétrica, envolvendo carga tributária e leis trabalhistas diferentes, além de uma oferta flexível e ilimitada, com cassinos o que pelas leis brasileiras não é permitido. Relata que a demanda dos *resorts* é sazonal, precisa da alta estação, enquanto que para os navios a demanda é perene, porque podem buscar outros lugares, provocando uma estrutura de custos diferente e preços mais competitivos. Pede para em conjunto, apresentar para a Câmara de Legislação um estudo mais profundo para esclarecer a situação do setor e buscar novas alternativas e condições de competitividade. O **Presidente da Mesa** pergunta quantos quartos representa os cruzeiros? O **Sr. Alexandre Zubaran (ABR)** responde que são 7 mil cabines ofertadas por saída, representando quase dez navios. O **Presidente da Mesa** considera que é um assunto que deve ser mesmo estudado, porque de repente libera o geral porque está no mar e aplica uma legislação para o país, criando uma situação insolúvel. Diz que tem que trabalhar isso com rapidez. O **Sr. Alexandre Zubaran** concorda, diz que pensando

estrategicamente é muito preocupante, porque primeiro a indústria vai chegar no verão fragilizada, sem fôlego, e se acontecer o impacto que está alertando, em março deve ocorrer muita demissão e a situação para os próximos dois anos é que o setor vai mais do que dobrar de tamanho. O **Presidente da Mesa** diz que tem que trabalhar com mais rapidez no plano *Vai Brasil*, porque o Ministério está disposto a colocar um dinheiro substantivo na promoção, mas é um recurso público e tem que ter a certeza de que todos vão compartilhar abrangendo os hotéis, aviões, agências de viagens e operadores, resorts, até chegar nas férias do trabalhador para ocupar os hotéis o ano inteiro. Considera o momento também de ver se não poderia atuar num negócio de baixa estação para diminuir o custo, pelo menos para fazer um caixa até obter uma solução mais adequada. Enfatiza que o Plano *Vai Brasil* é tão importante e quando estiver com uma proposta para valer vai ao Presidente da República, porque deve gerar movimentação e emprego, envolver os sindicatos, as associações, federações de trabalhadores do Brasil. O **Sr. Alexandre Zubaran** diz que o tema está muito relacionado ao assunto da cabotagem marítima, porque a geração de demanda está comprometida por causa da fragilidade do setor de distribuição, especificamente as operadoras que vivem uma situação difícil, em um mercado concentrado em poucos, para as pequenas operadoras, o navio esta sendo um produto importante. O **Sr. Virgílio Carvalho (suplente do Guilherme de Paulus)** pede um aparte e diz que o Zubaran dividiu em dois assuntos, mas é um só. Considera a questão ligada ao número de assentos aéreos também, e que fala por uma operadora que cresce na área de pacotes aéreos com resorts, com o número superior ao crescimento das viagens como um todo e também, na área de cruzeiros marítimos, então é importante pensar a cadeia produtiva e os assentos aéreos que faltam para chegar aos destinos e esse gargalo não precisa ser resolvido junto. O **Sr. Alexandre Zubaran (ABR)** lembra que fez um registro exatamente sobre o assunto na reunião passada, considerando a decisão inteligente de um empresário que comercializa esse produto, na tentativa de unir os setores da cadeia produtiva em um projeto que traz europeus em *charters* para o Brasil, para fazer cabotagem na costa brasileira, com uma noite na entrada ou na saída hospedados na hotelaria, no portão de entrada brasileiro, mas que lamentavelmente o DAC negou. Considera que tem de pensar o assunto de forma um pouco mais estratégica, porque a atitude é inteligente e pode ajudar na integração do setor. O **Presidente da Mesa** pergunta como é que o DAC pode negar um *charter*, se o mesmo está liberado? Solicita que o assunto seja enviado ao Ministério, porque tem boas condições de dialogar com o atual Presidente Diretor-Geral do DAC. O **Secretário Milton Zuanazzi** destaca a fala do Ministro sobre o *Vai Brasil*, um processo fundamental para trabalhar a demanda, pois é preciso ampliar e diversificar a oferta e trabalhar a demanda. O **Presidente da Mesa** lembra que o *Vai Brasil* não saiu. O **Secretário Milton Zuanazzi** diz que colocou uma condição para a Braztoa e Abav onde o Ministério entra com o projeto, porém exige segurança na participação de todos com a hotelaria, operadoras, agências e empresas aéreas para vender em peso, porque tem que sentar e assumir o compromisso, pois é uma operação privada. O **Presidente da Mesa** diz que o Ministério gasta R\$ 30 milhões por ano fazendo 54 Feiras no exterior para trazer os turistas e por que não pode gastar R\$ 30 milhões no ano para fazer um plano desse funcionar? Ressalta que, por ser dinheiro público e algumas empresas privadas se beneficiarem,

para autorizar a ação tem que ter uma documentação hábil, todos participam, a motivação deve ser forte porque ninguém vai fazer um volume desse tamanho de aplicação financeira, sem uma participação universal. Considera que o momento requer cuidado, uma ação em que o Ministério aporta recurso tem que ter assinatura de todas as instituições nacionais dizendo que as oportunidades são iguais. O **Secretário Milton Zuanazzi** lembra que a Caixa quer ser parceiro através do *Cartão Caixa*, e ajudar na promoção que seria o custo alto do projeto. O **Presidente da Mesa** destaca a necessidade de não demorar muito, porque as férias do trabalhador entram em campo e o assunto fica resolvido. O **Secretário Milton Zuanazzi** diz que as férias do trabalhador se encaixa perfeitamente no projeto, que já conversou com a Braztoa e precisa que as entidades sejam do Conselho. A **Sra. Danielle (MMA)** manifesta sobre o tema do meio ambiente e da sustentabilidade no desenvolvimento do turismo, uma oportunidade de ter realmente nova motivação e trazer resultados importantes. Destaca a parceria iniciada, apesar do insuficiente orçamento no Ministério do Meio Ambiente e a reduzida capacidade instalada de recurso humano técnico especializado na área do turismo. Lembra atividades conjuntas como o Proecotur e o Prodetur na gestão compartilhada para garantir o componente ambiental, além da segmentação nas diretrizes da Política Nacional de Ecoturismo, a Lei Geral, a Câmara de Legislação onde foi apresentado subsídio para a inserção da sustentabilidade ambiental no projeto de regionalização, o programa de revitalização da Bacia do São Francisco estreitando cada vez mais o relacionamento com o IBAMA nas Unidades de Conservação numa intenção de priorizar alguns Parques Nacionais que constituem elemento chave dos roteiros divulgados. Informa que o Ministério do Meio Ambiente acaba de lançar e está em processo de avaliação, uma linha de financiamento pelo PDA Mata Atlântica com o Programa de Apoio a Projetos Demonstrativos de Conservação da Mata Atlântica, com R\$ 6 milhões para financiamento específico ao ecoturismo. Fala de importância de ampliar as discussões sobre os projetos demonstrativos de base comunitária principalmente para ecoturismo, o inventário que precisa afinar a discussão para uma proposta conjunta com o IBAMA para desenvolver um sistema de informações voltado ao uso dos atrativos naturais, com o manejo adequado. Comunica que está em fase de abertura uma discussão no Conselho Nacional de Meio Ambiente, com a reabertura do grupo de discussão sobre a regulamentação dos recursos naturais para o uso turístico, porque nem tudo está protegido pela Lei do SNUC-Sistema Nacional de Unidade de Conservação. Diz que são muitos sítios turísticos, propriedades rurais e atrativos que precisa saber como monitorar o impacto da visitação e, considera importante compartilhar com o Ministério do Turismo, principalmente porque estão em fase de avançar no contrato com o Banco Mundial para reajuste da política ambiental. Fala da construção da agenda ambiental para o setor do turismo com o início das discussões e necessidades de consolidação para deixar um legado importante na implementação de políticas consistentes, com mecanismos de crédito, fomento, legislação e capacitação para a sustentabilidade ambiental. A **Sra. Helena Moraes (Banco do Nordeste)** informa que o BNB é o operador do Prodetur, que o Banco aplicou 800 milhões e em 2005 tem em contratação, dentre os projetos em carteira, de 288 milhões e 500 mil. Lembra o esforço do Banco na ação de desenvolvimento para alavancar a infra-estrutura que é a base do incentivo do turismo na região.

Destaca que o processo do Prodetur é lento, alguns Estados carecem até de competências para elaboração de projetos e o Banco apóia nesse sentido. Comunica a parceria do Banco com a Agência Internacional de Cooperação Espanhola e o Ministério para capacitação institucional dos Estados. O **Presidente da Mesa** agradece pela permanência exatamente de 10:15 horas de reunião, eram muitos assuntos para falar, as contribuições são espetaculares e pessoalmente tem interesse em fazer as intervenções. Diz que sai da reunião muito satisfeito, mais renovado ainda, com o natural entusiasmo e compromisso com o turismo e deve levar os ótimos relatos e os problemas apresentados para o Presidente da República, que cobra notícias sobre o turismo e que deve marcar uma reunião para apresentar o que está acontecendo, o momento é importante porque no dia anterior foi a proposta do orçamento para 2006 contemplando integralmente o turismo, além do apoio adicional com emendas. Fala da vitória do turismo com o orçamento de 2005 com 100% retomado em relação ao previsto em 2004 quando houve um corte no Congresso, e ainda mais o apoio substancial das emendas. Acredita que no final de 2005 pode chegar no limite muito próximo de R\$ 500 milhões o provavelmente remeterá em 2006 para alguma coisa na ordem de R\$ 700 a 800 milhões de orçamento total, muito dinheiro, sobretudo, se olhar para trás. Enfatiza que todas as variáveis macroeconômicas estão sincronizadas positivamente, com a inflação e o gasto público controlados, superávit na balança e nas transações correntes, a massa salarial crescendo e o desemprego caindo e que isso não aconteceu simultaneamente como nos últimos 35 anos. Diz que fala baseado em constatações formais de economistas, livre de associações nacionais que publicam sobre o assunto, que o momento é extraordinário onde começamos a vivenciar o chamado crescimento sustentado da economia. Pede para pegar o gancho da Daniele para dizer que no *Siga*, no *Sigtur* não pode ter apenas o acompanhamento de número mas de qualidade também, e o pilar do desenvolvimento do turismo brasileiro é a sustentabilidade, a preservação da biodiversidade, portanto do meio ambiente, da diversidade cultural, do desenvolvimento econômico e social. Considera importante que o Sigtur tenha um elemento para verificar as aprovações do IBAMA, do EIA/RIMA, como é que está sendo feito, qual o critério de medição, como pode medir em função do desenvolvimento do projeto. No mais, diz aos amigos conselheiros que agradece a presença de todos, que brevemente estará marcada a próxima reunião. Agradece. Eu, Secretário-Executivo, lavrei a presente ATA que, depois de aprovada, assinarei com o Senhor Presidente da Sessão, em cumprimento às formalidades legais e regulamentares.

WALFRIDO DOS MARES GUIA
Presidente

MILTON SÉRGIO SILVEIRA ZUANAZZI
Secretário-Executivo